



Congresso volta a deliberar sobre vetos presidenciais nesta quarta

Depois de cinco meses sem deliberar sobre vetos presidenciais, o Congresso Nacional deve se reunir a partir das 11h desta quarta-feira (19/8) para analisar proposições polêmicas que estão trancando a pauta. Ainda não está prevista a deliberação sobre o veto integral (VET 26/2015) ao projeto de lei que reajusta os salários do Poder Judiciário em até 78,56%. No entanto, há expectativa de uma manifestação de servidores nesta terça-feira (18/9) para que o veto seja incluído na pauta do Congresso. A sessão será no Plenário da Câmara.

A justificativa da presidente Dilma Rousseff é que o projeto de reajuste no Judiciário geraria [impacto financeiro de R\\$ 25,7 bilhões para os próximos quatro anos](#), ao fim dos quais passaria dos R\$ 10 bilhões por exercício, sendo “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”.

Na pauta também está o veto parcial (VET 19/2015) da presidente ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, que flexibiliza o fator previdenciário. O Executivo editou a Medida Provisória (MP) 676/2015, com uma proposta alternativa de cálculo.

Código do Processo Civil

Ao texto do novo Código de Processo Civil (CPC) aprovado pelo Congresso foram aplicados sete vetos. Dos dispositivos vetados — VET 5/2015 — o que envolveu maior controvérsia durante a tramitação legislativa foi a possibilidade de conversão de uma ação individual em coletiva. O mecanismo do artigo 333 foi adotado para regular situações em que o interesse que motiva a ação individual afeta igualmente um grupo de pessoas ou mesmo toda a coletividade.

Fusão de partidos

Um dos primeiros projetos da reforma política, aprovado pelo Congresso no dia 3 de março, sofreu veto parcial (Veto 6/2015): o que exige o mínimo de cinco anos de existência para partidos políticos que queiram se fundir (PLC 4/2015).

O objetivo do projeto do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que resultou na Lei 13.107/2015, é evitar a criação de legendas apenas para driblar o instituto da fidelidade partidária.

O veto de Dilma recai sobre o artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos. Ela foi contra estender a partidos oriundos de fusão a permissão garantida às novas legendas, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos, no prazo de 30 dias desde o registro, sem que isso acarrete perda do mandato desses novos integrantes.

Entre os vetos 5 a 24/2015, que devem ser analisados pelo Congresso, os mais polêmicos são:

[Veto 7/2015](#)

Veto total ao [PLC 114/2013](#), que incluiu dispositivos na Política Nacional de Resíduos Sólidos, sobre campanhas educativas.

[Veto 8/2015](#)



Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 13, de 2014, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015". Houve exclusão de tabela incluída no Orçamento Federal de 2015, a qual zerava repasses do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) para São Paulo.

Veto 10/2015

Veto parcial apostado à lei que beneficia servidores de ex-territórios.

Veto 11/2015

Veto parcial apostado ao [PLC 2/2015](#) sobre o marco da biodiversidade.

Veto 13/2015

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado [406/2013](#), que ampliou a aplicação da arbitragem.

Veto 14/2015

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado [224/2013-Complementar](#), que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

Veto 15/2015

Veto parcial ao (PLV) 5/2014, oriundo da [MP 663/2014](#), que aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o BNDES poderá emprestar com subvenção econômica da União.

Veto 16/2015

Veto total apostado ao [PLS 572/2011](#), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

Veto 17/2015

Veto total apostado ao Projeto de Lei no 322, de 2010 que “altera a Lei no 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou profissional de cabine de som DJ (disc jockey) e Produtor DJ (disc jockey)”.

Veto 18/2015

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 3, de 2015 (oriundo da Medida Provisória 665/2014), que alterou a [Lei 7.998/1990](#), que regula o Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Veto 20/2015

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão 6 (Oriundo da Medida Provisória 668, de 2015), que elevou PIS/Cofins de produtos importados.

Veto 21/2015

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara [12/2015](#) (5.627/2013, na Casa de Origem), que altera regras relativas à ocupação de terrenos de marinha.

Veto 22/2015



Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara [88/2013](#) (5.171/2013 na Casa de Origem), que permite registro de natimorto com nome e sobrenome.

Veto 23/2015

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado [6, de 2003](#). Entre os dispositivos vetados, os que estabeleciam cotas para pessoas com deficiência em instituições de ensino e empresas.

Veto 24/2015

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara 103, de 2014 (7.578/2010, na Casa de origem), que "dá nova redação ao artigo 27 da [Lei 11.772, de 17 de setembro de 2008](#), que trata do patrocínio do Instituto Geiprev de Seguridade Social". *Com informações da Agência Senado.*

Date Created

18/08/2015